

Em realização de lucros, Bolsa cai 0,76%

O Ibovespa fechou em queda de 0,76%, a 129.787 pontos, nesta terça-feira (8). Segundo analistas, o movimento é fruto de realização de lucros, após o índice cravar na véspera uma série de oito altas seguidas, a maior sequência de valorizações desde 2018.

Na segunda (7), o índice também renovou recordes de fechamento e intradia, ultrapassando os 131 mil pontos pela primeira vez.

Estrangeiros são um dos motivos para a sequência positiva. Dados da B3 mostram saldo positivo de capital externo no mercado secundário de ações de R\$ 6 bilhões nos primeiros pregões do mês, após maio ter registrado entrada líquida de R\$ 12,2 bilhões.

No pregão desta terça, a Braskem recuou 6,36%, após uma série de quatro pregões de alta em que acumulou valorização de mais de 20%. Investidores continuam monitorando desdobramentos sobre a venda da participação dos controladores da petroquímica, Novonor (ex-Odebrecht) e Petrobras. Mais cedo, a ação renovou máxima histórica intradia, a R\$ 61,53.

Já a B3 caiu 5,55%. No radar, permanecem especulações sobre um eventual novo competidor no setor.

Iguatemi fechou em queda de 3,19%, tendo no radar proposta de reorganização societária pela qual a empresa será incorporada por sua controladora, o Grupo Jereissti, que disparou 12,22%. A administradora de shopping centers

estimou que terá capacidade para dobrar de tamanho com a reorganização. A operação ainda precisa ser aprovada por acionistas minoritários.

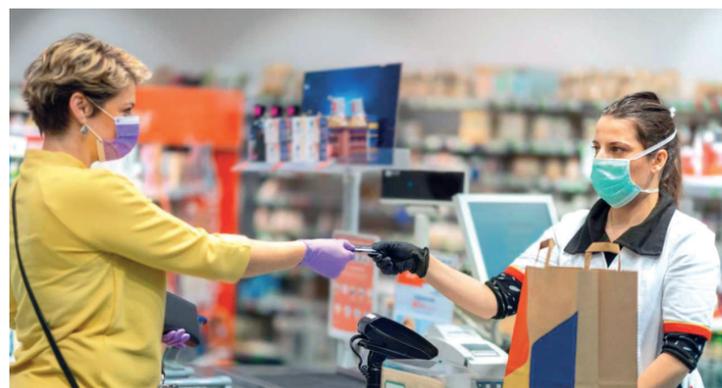
Via Varejo valorizou-se 4,37%, apoiada por números melhores do que o esperado das vendas no varejo em abril. Magazine Luiza, que também anunciou a aquisição da plataforma para processamento de cartões Bit55, encerrou com elevação de 1,2% e B2W avançou 1,02%.

As ações preferenciais (mais negociadas) da Petrobras subiram 1,31% e as ordinárias (com direito a voto), 2,40%, acompanhando a melhora do petróleo no exterior. O barril de Brent, referência internacional, fechou com acréscimo de 1,02%.

Folhapress



Economia



Vendas do comércio sobem 1,8% em abril, maior alta para o mês desde 2000

Página - 03

BC autoriza criação de ferramenta de devolução de dinheiro no Pix

Página - 03



Brasil exporta menos carne, mas registra aumento de faturamento

Página - 05

Agronegócio puxa emprego também na construção e no comércio

Página - 05

Política



Lira promete instalar até hoje comissão especial que vai analisar reforma administrativa

Página - 04

País passa por transformação da infraestrutura nacional, diz ministro

Página - 04



No Mundo

Operação com aplicativo espião do FBI prende mais de 800 criminosos em 17 países



Uma enorme operação internacional contra o crime organizado levou à prisão de mais de 800 pessoas em 17 países depois que os agentes conseguiram descryptografar comunicações entre suspeitos que, sem saber, usaram telefones distribuídos pelo FBI, a polícia federal americana.

Em entrevista coletiva nesta terça-feira (8), o vice-diretor de operações da Europol, Jean Philippe Lecouffe, disse que as centenas de detenções ocorreram durante buscas em mais de 700 lugares em países como Nova Zelândia, Austrália, Estados Unidos, Alemanha, Itália, Suécia e Holanda.

Também foram apreendidos US\$ 48 milhões (R\$

242 milhões) em dinheiro e criptomoedas, mais de oito toneladas de cocaína, 22 toneladas de maconha, duas toneladas de drogas sintéticas, 250 armas e 55 carros de luxo.

A partir de 27 milhões de mensagens de mais de 12 mil dispositivos em 100 países, foram descobertos detalhes das atividades criminosas de mais de 300 grupos organizados, incluindo a máfia italiana, as tríades asiáticas e quadrilhas transnacionais para o tráfico de drogas.

A operação Escudo de Troia começou em 2018 e envolveu cerca de 9.000 policiais. Naquele ano, o FBI ofereceu a um ex-traficante de drogas que também era desenvolvedor de softwares para smartphones a oportuni-

dade de ter sua sentença reduzida e US\$ 100 mil (R\$ 504 mil, na cotação atual) para cobertura de despesas. Os detalhes da operação foram divulgados nesta segunda no site da revista americana Vice.

O informante havia sido preso no contexto de outra operação em que as autoridades desmontaram uma rede de smartphones criptografados conhecidos como Phantom Secure. Por pelo menos uma década, criminosos usaram esses telefones para planejar o tráfico de drogas, ataques a rivais e lavagens de dinheiro. O sistema permitia que o conteúdo dos dispositivos fosse apagado remotamente em caso de apreensão.

Folhapress

Observadores internacionais contestam Keiko e afirmam que eleição no Peru foi limpa



As acusações de fraude na eleição presidencial peruana, feitas por Keiko Fujimori, perderam força poucas horas depois. Com 97,17% das urnas apuradas, ela aparece nesta terça-feira (8) com 49,75% dos votos, atrás de Pedro Castillo, que lidera com 50,24%.

Na noite desta segunda-feira (7), a candidata direita afirmou que foram detectadas “diversas irregularidades” na votação, o que acarretaria uma “fraude sistemática” no pleito no país.

O Júri Nacional de Eleições, porém, informou que

Conselho de Segurança aprova 2º mandato de Guterres à frente da ONU

O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou hoje (8) um segundo mandato de António Guterres como secretário-geral da organização, entre 2022 e 2026.

No cargo desde janeiro de 2017, o ex-primeiro-ministro português, de 72 anos, era o único candidato, já que, apesar de ter havido dez candidaturas individuais, nenhuma foi aceita, por não contar com o apoio

de qualquer dos 193 países-membros da organização.

Numa breve sessão a portas fechadas, o Conselho de Segurança, essencial no processo de nomeação, foi unânime em recomendar à Assembleia-Geral das Nações Unidas a manutenção do líder, anunciou o presidente em exercício daquele órgão, o embaixador estónio Sven Jürgenson.

A confirmação formal da Assembleia Geral é aguardada para breve.

RTP/ABR



a Missão de Observadores da União Interamericana de Órgãos Eleitorais apresentou relatório no qual afirma que o pleito ocorreu de modo regular e com êxito.

A declaração foi corroborada pela Missão de Observação Eleitoral da OEA (Organização dos Estados Americanos), liderada pelo ex-chanceler do Paraguai Rubén Ramírez Lezcano. Para o órgão, eventuais inconformidades “não comprometeram a eleição como um todo” e podem ser “resolvidas pela via legal”.

Em entrevista coletiva, Keiko exibiu vídeos e fotos

como supostas evidências de que atas eleitorais -espécie de resumos da votação nas seções- foram alteradas. Os registros também mostrariam treinamento oferecido a mesários e fiscais de Castillo para cometer atos ilegais que garantissem sua vitória.

No Peru, são os chefes das seções eleitorais que reúnem os votos de cada local em uma ata, vigiados por outros funcionários. Um dos vídeos exibidos mostra um apoiador de Castillo ordenando que os mesários chegassem antes dos demais integrantes da seção para ter a certeza de que poderiam controlar a ata. Folhapress

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Vendas do comércio sobem 1,8% em abril, maior alta para o mês desde 2000



Em busca de retomada durante a pandemia, o comércio varejista voltou a registrar desempenho positivo em abril no país. Em relação a março, o volume de vendas do setor subiu 1,8%, informou nesta terça-feira (8) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

É a maior alta para abril, nessa base de comparação, desde o começo da série histórica, com dados a partir de 2000. O avanço ocorreu após baixa de 1,1% em março. À época, a piora da Covid-19 havia causado aumento de restrições a atividades, o que abalou segmentos diversos do varejo.

Com o desempenho de abril, as vendas do comércio voltaram a ficar acima do ní-

vel pré-pandemia. O patamar é 1% superior ao de fevereiro de 2020.

Em relação a abril do ano passado, houve alta de 23,8%, outro recorde. O crescimento expressivo está relacionado à base de comparação fragilizada. No quarto mês do ano passado, o setor havia desabado em meio aos impactos iniciais da crise sanitária, que provocou fechamento de lojas.

Os números divulgados pelo IBGE ficaram acima das previsões do mercado. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam queda de 1% no volume de vendas ante março, além de crescimento de 18,2% frente a igual período anterior.

Em 12 meses, o comércio varejista acumulou avanço de

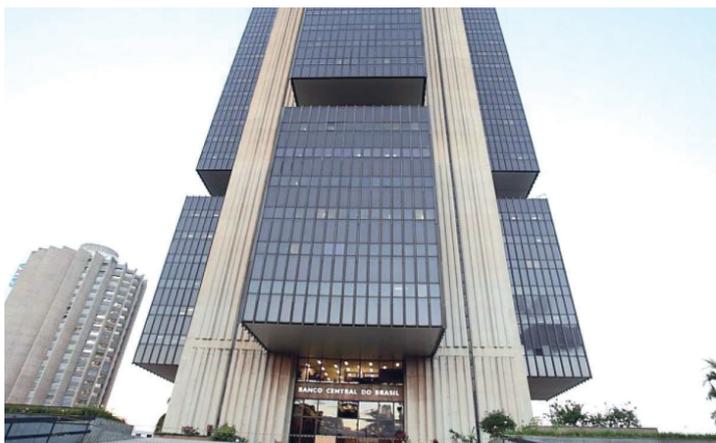
3,6%. No acumulado deste ano, o setor registra alta de 4,5%.

Cristiano dos Santos, gerente da pesquisa do IBGE, ressaltou que o crescimento em abril teve ligação com o menor nível de restrições a empresas e consumidores na comparação com março. A reabertura de lojas físicas também provocou efeito no balanço das atividades varejistas pesquisadas.

Houve taxas positivas em sete dos oito segmentos que aparecem no levantamento. A maior alta em relação a março, de 24,8%, foi registrada por móveis e eletrodomésticos. Esse ramo havia despenhado 21,3% na pesquisa anterior, sob impacto da piora da pandemia.

Leonardo Vieceli/Folhapress

Impacto do isolamento social na economia caiu pela metade, diz presidente do BC



O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou nesta terça-feira (8) que a economia mundial se adaptou à pandemia de Covid-19 e mostrou, em sua apresentação, que o efeito do isolamento social na atividade econômica caiu pela metade recentemente.

Segundo o titular do BC, o distanciamento social tem sido cada vez menos efetivo ao longo do tempo.

“Quando se repete o distanciamento social na mesma área, cada um que se segue é menos efetivo por razões que não vou me aprofundar”, disse em evento virtual promovido pelo J.P. Morgan.

Em sua apresentação em inglês, Campos Neto mostrou

BC autoriza criação de ferramenta de devolução de dinheiro no Pix

O BC (Banco Central) autorizou, nesta terça-feira (8), a criação de um mecanismo de devolução de recursos dentro do Pix, sistema de pagamentos instantâneos brasileiro. A nova ferramenta permitirá que o banco estorne valores para a conta do pagador em casos de fraude ou falha operacional.

A funcionalidade estará disponível a partir de 16 de novembro, quando o Pix completa um ano.

“A criação do mecanismo padroniza as regras e os procedimentos para viabilizar a devolução de valores nos casos em que exista fundada suspeita de fraude ou nas situações em que se verifique falha operacional nos sistemas das instituições envolvidas na transação”, explicou o BC em nota.

A devolução poderá ser solicitada tanto pela instituição do recebedor quanto por quem pagou.

Desde o lançamento do Pix, os usuários podem devolver valores recebidos por meio do sistema, total ou parcialmente. Não havia, entretanto, previsão de que a devolução fosse iniciada pela instituição de relacionamento do recebedor.

“Assim, atualmente, em uma eventual fraude ou falha operacional, as instituições envolvidas precisam estabelecer procedimentos operacionais bilaterais, de forma a efetuar as comunicações relacionadas a solicitações e recebimentos de pedidos de devoluções, dificultando o processo e aumentando o tempo necessário para que o caso seja analisado e finalizado, reduzindo a eficácia das devoluções”, disse o BC.

Segundo a autarquia, o objetivo é acelerar o processo de devolução quando houver fraude e ou falha. A transação constará do extrato das movimentações.

Larissa Garcia/Folhapress



um gráfico que relacionava o percentual de mobilidade calculado pelo Google e o desempenho do setor de serviços com o título “Economias se adaptaram: o impacto da mobilidade na atividade caiu pela metade no período recente”, em tradução livre.

“Em diferentes ondas [da pandemia] a atividade tem reagido cada vez melhor, a economia de alguma forma se ajustou”, afirmou. Para ele, isso ocorreu em decorrência do alongamento da crise sanitária e pela mudança de comportamento.

Campos Neto ressaltou que a economia brasileira está próxima de retornar aos níveis pré-pandemia. “Houve nas últimas três semanas uma série de revisões positivas

nas expectativas para o PIB [Produto Interno Bruto] para 2021 depois da divulgação do número do primeiro trimestre”, destacou.

Sobre inflação de 2021, ele também falou sobre as revisões para cima do mercado para o índice de preços. “Temos choques mais recentes, como aumento do preço da energia”, disse.

O presidente do BC reafirmou que se trata de um movimento temporário.

Campos Neto frisou que o avanço da vacinação deverá levar à maior reabertura da economia no segundo semestre.

Em sua avaliação, há uma demanda reprimida por consumo de bens e serviços.

Larissa Garcia/Folhapress

Política

Lira promete instalar até hoje comissão especial que vai analisar reforma administrativa



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta terça-feira (8) que vai instalar até hoje (9) a comissão especial que vai analisar o mérito da reforma administrativa.

A informação foi dada em uma rede social após uma reunião entre Lira e líderes partidários para debater o rito da PEC (Proposta de Emenda à Constituição). “A comissão especial será instalada até amanhã [hoje], com a indicação dos membros, eleição do presidente e designação do relator”, escreveu.

Segundo o presidente da Câmara, as vagas serão distribuídas a todos os partidos que participarem da comissão. “Pelo regimento, quatro ficarão de fora. Agora TODOS irão participar”, afirmou.

A reforma teve a admissibilidade aprovada pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) no último dia 25 de maio.

Na comissão especial, que será presidida pelo deputado Fernando Monteiro (PP-PE), a PEC deve ser relatada pelo deputado Arthur Maia (DEM-BA). O colegiado terá até 40 sessões (do plenário da Casa) para propor mudanças ao mérito do texto.

A cúpula do colegiado quer que o número mínimo de dez sessões seja cumprido. No entanto, mesmo aliados do governo dizem que a proposta terá dificuldade para avançar na Câmara.

Na CCJ, o relator, Darci de Matos (PSD-SC), concluiu que a proposta enviada pelo governo não viola princípios constitucionais.

Matos apresentou três mudanças na CCJ para suprimir trechos de dispositivos que foram considerados inconstitucionais: o acréscimo de oito princípios à administração pública direta e indireta de União, estados e municípios, o impedimento para que servidores possam acumular o cargo público com outras atividades remuneradas e o que dava ao chefe do Executivo o poder de extinguir ou fundir autarquias.

Sobre o resto da proposta, Matos não viu inconstitucionalidade. Em relação ao vínculo de experiência para cargos típicos de Estado, por exemplo, afirmou que o tema deve ser aprofundado na comissão especial para que seja aprimorado.

País passa por transformação da infraestrutura nacional, diz ministro

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, disse que o Brasil passa por um momento de “transformação da infraestrutura” nacional, apesar das barreiras orçamentárias para novos investimentos: “Estamos passando por um momento difícil, conjuntural, de forte restrição fiscal, mas isso vai passar”, declarou Freitas, ao participar, na manhã desta terça-feira (8), de um evento em comemoração aos 20 anos de criação do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Ao falar sobre a necessidade de fortalecer a autarquia responsável por executar as diretrizes da política nacional de infraestrutura rodoviária, ferroviária e hidroviária federal, o ministro destacou as recentes realizações do órgão.

“Em um momento de

pandemia, com o menor orçamento da história, [o Dnit] foi e entregou, no ano passado, 92 obras. Outras tantas já estão sendo entregues este ano. Imagina como vai ser quando o dinheiro voltar”, garantiu.

Segundo o Ministério da Infraestrutura, cerca de 1.430 quilômetros de novas estradas foram entregues em 2020, superando em mais de três vezes os 400 quilômetros de pavimentação nova concluídos em 2019.

“Daqui a pouco, não vamos ter um quilômetro de rodovia [federal] que não esteja pavimentada”, disse Freitas, revelando otimismo. “Temos que pensar no futuro, em uma autarquia que, em breve, será ainda maior. A transformação da infraestrutura que está em curso tem muito a ver com a história desta autarquia”, acrescentou o ministro.

Alex Rodrigues/ABR



Folhapress

Queiroga se contrapõe a Bolsonaro sobre cloroquina na CPI, mas reforça falta de autonomia no ministério



Em seu segundo depoimento à CPI da Covid no Senado, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, mudou seu posicionamento em relação à hidroxicloroquina e afirmou nesta terça-feira (8) que o medicamento não tem eficácia científica comprovada para o tratamento da Covid-19, em um contraponto às ações do presidente Jair Bolsonaro desde o início da pandemia.

Foco da comissão, o governo Bolsonaro gastou recursos públicos e mobilizou a estrutura do Estado para incentivar o uso de medicamentos sem eficácia científica comprovada contra o coronavírus. São remédios listados em nota informativa do Ministério da Saúde para o chamado tratamento precoce. Tamiflu (fosfato de oseltami-

vir), cloroquina, hidroxicloroquina e azitromicina compõem o “kit Covid”.

Nesta terça, Queiroga também se absteve mais uma vez de comentar à CPI as ações do presidente, ao não usar máscaras e promover aglomerações, mas externou sua insatisfação com essa postura em alguns momentos. Afirmou que não “é censor” do chefe do Executivo e que as “imagens falam por si”.

Embora tenha reforçado sua autonomia para tomar decisões à frente do ministério, o próprio Queiroga relativizou essa condição ao afirmar que isso não significa “carta branca para fazer tudo o que quer”.

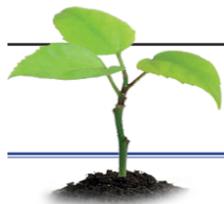
Queiroga presta depoimento pela segunda vez à CPI da Covid. Há um mês, quando sentou no banco da

comissão pela primeira vez, o ministro da Saúde havia afirmado que não iria se posicionar sobre a eficácia de medicamentos como a cloroquina.

Afirmou na ocasião que a instância adequada para analisar essa questão seria a Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS), da qual faz parte, que está elaborando um protocolo.

Já na oitava desta terça o ministro foi explícito ao afirmar que, na sua opinião, esses medicamentos não têm eficácia comprovada. “Essas medicações não têm eficácia comprovada. Esse assunto é motivo de discussão na Conitec”, afirmou. “Se eu ficar discutindo a discussão do ano passado, eu não vou em frente.”

Julia Chaib/Folhapress



Agronegócio puxa emprego também na construção e no comércio



Os investimentos no agronegócio funcionam como alavanca na geração de emprego e renda em cidades do interior. Municípios nos quais a agricultura e a pecuária pesam na economia local o dobro da média nacional geraram em abril deste ano um volume de vagas formais duas vezes maior do que as demais cidades na comparação com o mesmo mês de 2020, mostra um estudo da assessoria econômica do Bradesco.

As vagas formais abertas não foram necessariamente no setor agrícola, mas no comércio e na construção civil, principalmente. “O investimento no setor acaba multiplicando esses recursos e gerando mais renda e emprego no interior”, afirma o economista-chefe do Bradesco, Fernando Honorato.

No município de Bebedouro (SP), por exemplo, há hoje cerca de mil pessoas trabalhando na construção da fábrica de pectina da Cargill. A obra começou em 2020, e a unidade, inicialmente orçada em R\$ 550 milhões, entra em operação em meados do ano. Cerca de 50% da cifra faz parte do pacote de quase R\$ 1 bilhão que a companhia investiu no país em 2020.

Com mais da metade da produção voltada para exportação, a nova fábrica poderia ser instalada na Flórida (EUA) ou no México. Mas a multinacional escolheu o Brasil por causa da disponibilidade de matéria-prima, além de oferta de mão de obra e condições de infraestrutura, conta Laerte Moraes, diretor.

A pectina, espessante usado pela indústria de alimentos, é extraída da casca da laranja, e Bebedouro é um

polo de citricultura. “Não tenho dúvida de que a cidade toda se reconfigura quando ocorre um investimento desse porte, com novas demandas para o comércio.”

A Coamo, de Campo Mourão (PR), maior cooperativa singular da América Latina, com receita de R\$ 20 bilhões, distribuiu em 2020 R\$ 504 milhões em resultados a 30 mil cooperados. Esse dinheiro irrigou as economias das 71 cidades espalhadas entre Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, onde a cooperativa atua, conta o presidente, Airton Galinari.

Mas o grosso da injeção de recursos da cooperativa nas cidades do interior ocorre por meio de investimentos. Neste ano, a Coamo começa a construção de uma fábrica de ração em Campo Mourão, onde serão investidos R\$ 81 milhões.

Brasil exporta menos carne, mas registra aumento de faturamento

As exportações brasileiras de carne bovina registraram queda nos cinco primeiros meses de 2021 em comparação a igual período do ano passado. Foram vendidas ao exterior, de janeiro a maio, 710.093 toneladas, 2,9% a menos do que o registrado no mesmo período de 2020, de 731.422 toneladas. No entanto, as vendas para o exterior tiveram um aumento de 2,2% no faturamento, de US\$ 3,2 bilhões no acumulado de 2021 ante US\$ 3,14 bilhões no mesmo período de 2020.

Os dados, divulgados ontem (8) pela Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), são da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério da Economia.

A China segue como o principal destino das exportações de carnes brasileiras, tendo recebido 317.081 toneladas entre janeiro e maio, um aumento de 10,4% em relação às 287,2 mil toneladas embarcadas nos primeiros cinco meses do ano passado. O faturamento no período cresceu 5,4% e chegou a US\$ 1,5 bilhão.

O volume embarcado para os Estados Unidos também aumentou no período e ficou em 33.800 toneladas, alta de 165,6%, enquanto o faturamento aumentou 149% e atingiu US\$ 250,7 milhões.

Bruno Bocchini/ABR



Publicidade Legal

Dólar termina em leve queda após alta com declaração de Guedes sobre auxílio

O dólar operou novamente sem rumo ante o real nesta terça-feira, alternando pequenas altas e baixas com os investidores reagindo pontualmente ao noticiário local e aguardando a agenda doméstica e externa pela frente. A moeda americana chegou a acelerar a alta no começo da tarde quando o ministro da Economia, Paulo Guedes, declarou que “possivelmente” o auxílio emergencial será prorrogado por “dois ou três meses” e o Bolsa Família deve ser “reforçado”. Na máxima do dia, foi a R\$

5,06. Já as vendas no varejo de abril, melhores que o previsto, ajudaram a estimular as vendas de dólares.

Operadores reportaram nesta terça a entrada de fluxo externo, principalmente comercial, mas após a forte queda recente da moeda americana, profissionais das mesas de câmbio comentam que o mercado precisa de um novo catalisador para firmar tendência mais clara.

Após cair a R\$ 5,02 na mínima da sessão, o dólar fechou a terça-feira em leve queda de 0,05%, a R\$ 5,0345.

IstoÉDinheiro

RCB Investimentos S.A.

CNPJ/MF nº 08.823.301/0001-27 - NIRE 35.300.341.856

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 19/03/2021
Data, Hora e Local: 19/03/2021, às 10h00, na sede social da Companhia, na Praça General Gentil Falcão, nº 108, 13º andar, Conjunto nº 132 do Centro Empresarial e Cultural João Domingues de Araújo, São Paulo-SP. **Convocação e Presenças:** Convocação dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Sr. Alexandre do Rosário Nobre, Presidente e Sr. Renato Prouença Prudente de Toledo, Secretário. **Ordem do dia:** Deliberar sobre a renúncia do Diretor Financeiro Comercial da Companhia, e ainda, ratificar as eleições dos demais diretores. **Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos, deliberaram: I. Aceitar a renúncia do Sr. Fernando Henrique Chacon Musolino (“Fernando Musolino”), RG nº 27.376.404 SSP/SP, CPF/MF nº 262.402.588-06, do cargo de Diretor Financeiro da Companhia. Conforme consta de seu respectivo Termo de Renúncia, o membro da diretoria que ora renuncia o seu cargo, de um lado, e a Companhia, de outro, outorgam-se, reciprocamente, quitação para nada mais reclamar ou exigir um dos outros, exceto no que diz respeito aos atos praticados em contrariedade à legislação em vigor ou ao Estatuto Social da Companhia. II. Ratificar o prazo de mandato de 3 anos ou até AGO de 2022, o que ocorrer primeiro, do Sr. Alexandre do Rosário Nobre, RG nº 36.633.632-0 SSP/SP, CPF/MF nº 265.011.088-02 e do Sr. Renato Prouença Prudente de Toledo, RG nº 26.417.800-2 SSP/SP, CPF/MF nº 325.781.108-08, eleitos para os cargos de Diretor Presidente e Diretor de Operações, respectivamente, em 05/08/2019, por meio da Ata de AGE arquivada perante a JUCESP sob o registro nº 429.824/19-1. III. Consolidar a composição dos membros da Diretoria da Companhia, da seguinte maneira: (i) **Alexandre do Rosário Nobre**, como Diretor Presidente; e (ii) **Renato Prouença Prudente de Toledo**, como Diretor sem Designação Específica. IV. Consignam o recebimento do Termo de Renúncia do Sr. **Marcelo Santos Dall-Occo**, RG nº 13.580.014-6 SSP/SP e CPF/MF nº 054.500.438-13, ao cargo de conselheiro ocupado nesta Companhia, para o qual foi eleito na AGE realizada em 28/01/2011. O Sr. Marcelo Santos Dall-Occo ressaltou que a renúncia apresentada surtiria efeitos a partir de 11/03/2021, passando a não exercer mais as atividades inerentes ao cargo. V. Em função da renúncia apresentada e da consequente vacância do cargo, os membros remanescentes do Conselho de Administração, convocarão oportunamente uma Assembleia para eleição de um membro para ocupar o cargo vago. VI. Por fim, os conselheiros decidem ratificar a composição atual do Conselho de Administração, qual seja: (i) **Edson Marcelo Moreto**, RG nº 19.121.312-3 SSP-SP e CPF/MF nº 091.302.478-37, como Presidente do Conselho; (ii) **Alexandre do Rosário Nobre**, acima qualificado, como conselheiro; (iii) **Mateus Pagotto Yoshida**, RG nº 30.891.231-7 SSP-SP e CPF/MF nº 295.232.748-30, como conselheiro; (iv) **Peter Kent McCammon**, Passaporte nº 530783913, como conselheiro; (v) **Rubia Becker**, RG nº 20.715.016-3 SSP-SP e CPF/MF nº 743.268.809-53, como conselheira; e (vi) **Renato Prouença Prudente de Toledo**, acima qualificado, como conselheiro. **Encerramento:** Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada pelos membros do Conselho de Administração. São Paulo, 19/03/2021. Assinaturas: Mesa: Alexandre do Rosário Nobre – Presidente; Renato Prouença Prudente de Toledo – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 214.750/21-8 em 12/05/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Publicidade Legal

Andorsí Logística S.A.

CNPJ em constituição

Ata da Assembleia Geral de Constituição realizada em 23 de março de 2021
Data, Hora e Local: Aos 23/03/2021, às 09:00 horas, em São Paulo-SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 201, 19º andar, conjunto 192. **Presenças:** Todos os subscritores, a saber: (I) **Glencore Importadora e Exportadora S.A.**, CNPJ/ME nº 32.441.636/0001-65, e NIRE 33.300.27193-7, por seus Diretores, os Srs. Antonio Celso Bermejo, RG nº 16285248-4, SSP/SP e CPF nº CPF/ME 140.276.188-07, e Helcio Gasparini, RG nº 6.182.909-2-SSP/SP e CPF/ME nº 681.429.438-91, e (II) **Andorsí Participações S.A.**, CNPJ/ME nº 20.393.453/0001-3 e NIRE 35.300.483.189, por seus Diretores, os Srs. Antonio Celso Bermejo, acima qualificado, e Helcio Gasparini, acima qualificado. **Convocação e Instalação:** Dispensado edital de Convocação face à presença da totalidade dos subscritores. **Mesa:** Sr. Antonio Celso Bermejo, Presidente; Sr. Helcio Gasparini, Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia tomadas por unanimidade:** (I) **aprovar e declarar constituída a Companhia;** (II) **aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia, cujo teor é o seguinte: "Andorsí Logística S.A. Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Sede, Duração e Objeto. Artigo 1º.** A Andorsí Logística S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, regida pelo presente estatuto social e pela legislação aplicável. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro jurídico na Cidade de São Paulo-SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 201, 19º andar, conjunto 192, Alto de Pinheiros. **§ 1º.** Por deliberação da diretoria, a Companhia poderá abrir, manter e extinguir filiais, escritórios e representações em qualquer parte do território nacional ou exterior. **Artigo 3º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 4º.** A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades, simples ou empresariais, como sócia ou acionista, bem como em consórcio. **Capítulo II – Capital Social e Ações. Artigo 5º.** O capital da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$1.000.000, dividido em 1.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. **Artigo 6º.** As ações ordinárias são de uma única classe e possuem direito de voto, sendo que a cada uma dessas ações caberá um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. **§ 1º.** As ações são indivisíveis em relação à Companhia, a qual reconhecerá um só proprietário para cada ação. **§ 2º.** A emissão de ações da Companhia para integralização em dinheiro, bens e/ou créditos, far-se-á por deliberação da Assembleia Geral aplicando-se, quando couber, o disposto no Artigo 8º da Lei 6.404/76, e a ela se aplicará o disposto nos §§ 2º e 3º do Artigo 98 da Lei 6.404/76. **§ 3º.** As ações não serão representadas por cautelares, presumindo-se a titularidade destas pela inscrição em nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia. **Artigo 7º.** A Companhia poderá, mediante aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, através de alteração estatutária, quando se fizer necessário, autorizar a criação e emissão de ações de outras espécies, bem como a emissão de bônus de subscrição, debêntures, nas condições e termos discutidos e aprovados na referida Assembleia. É expressamente, contudo, vedada a emissão de ações beneficiárias de qualquer natureza. **Capítulo III – Assembleia Geral de Acionistas. Artigo 8º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando os interesses sociais o exigirem, devendo ser convocada nos termos da Lei 6.404/76 e deste Estatuto Social. **§ 1º.** A Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada uma vez por ano, nos 4 primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, deve: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (ii) deliberar acerca da destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e (iii) eleger os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso. **§ 2º.** A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se instalado, mediante: (i) anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 8 dias de antecedência, e a segunda com antecedência mínima de 5 dias; e (ii) na forma do § 4º do Artigo 124 da Lei 6.404/76, através de carta de convocação com aviso de recebimento, com antecedência mínima de 08 dias, destinada aos acionistas que representarem 5% ou mais do capital social, a qual deverá ser encaminhada ao endereço indicado pelo acionista perante a Companhia e deverá constar além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria. Será, contudo, considerada regular e eficaz, independentemente das formalidades de convocação, a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas, na forma do § 4º do Artigo 124 da Lei 6.404/76. **§ 3º.** Todos os documentos a serem analisados ou discutidos em Assembleia Geral deverão ser disponibilizados aos acionistas na sede social, a partir da data da publicação do primeiro edital de convocação referido no § 2º acima. **§ 4º.** A Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, acionistas representando 50% do capital votante da Companhia e, em segunda convocação, com qualquer número. Uma vez instalada, o presidente e o secretário da Assembleia Geral de Acionistas serão nomeados pela maioria dos acionistas presentes. **§ 5º.** Somente poderão tomar parte e votar na Assembleia Geral os

acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome no livro próprio com 2 dias úteis de antecedência da data designada para a realização da referida Assembleia Geral. **§ 6º.** A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei 6.404/76. **§ 7º.** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos presentes, observadas as exceções previstas na Lei 6.404/76. **§ 8º.** As atas de Assembleia deverão ser lavradas no livro de Atas das Assembleias Gerais na forma de sumário dos fatos ocorridos e publicadas com omissão das assinaturas. **§ 9º.** Os acionistas poderão ser representados por procuradores, constituídos há menos de 1 ano, que sejam acionistas, administradores da Companhia ou advogado, nos termos do § 1º do Artigo 126 da Lei 6.404/76. **Artigo 9º.** Sem prejuízo das demais competências previstas em lei e neste Estatuto Social, compete privativamente à Assembleia Geral de Acionistas deliberar sobre: (i) a venda, a permuta, a hipoteca, a oneração, gravação ou disposição de imóveis da Companhia, de qualquer valor, a qualquer título; (ii) o aumento ou redução do capital social da Companhia; (iii) a subscrição, transferência, aquisição ou de qualquer outra forma a disposição de quotas ou ações de sociedades, das quais, a Companhia seja sócia ou acionista; (iv) a transferência de reservas de capital, de conformidade com as disposições legais aplicáveis à espécie; (v) a realização de transações entre a Companhia ou qualquer subsidiária e seus empregados, diretores, sócias ou acionistas; (vi) a incorporação, fusão e cisão da Companhia, assim como sua dissolução e liquidação, eleição e destituição de liquidantes e julgamento de suas contas; a formalização do pedido de auto-falência ou recuperação judicial ou extrajudicial; (vii) a alteração do Estatuto Social; (viii) o resgate, amortização ou negociação de ações ou de quaisquer outros valores mobiliários de emissão da Companhia; (ix) a emissão de debêntures pela Companhia; (x) a destinação dos lucros e distribuição dos dividendos; (xi) a eleição e destituição dos membros da Diretoria; (xii) a fixação da remuneração da Diretoria; (xiii) a abertura do capital e listagem das ações da Companhia; (xiv) a deliberação sobre a avaliação de bens com que o acionista concorra para a formação do capital social; (xv) tomar, anualmente, as contas dos administradores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; e (xvi) a alteração dos direitos, preferências e vantagens de ações de emissão da Companhia. **Capítulo IV – Administração. Artigo 10º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por 3 diretores, sem designação específica, acionistas ou não, e residentes no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. O mandato dos diretores terá duração de 02 anos, sendo permitida a reeleição. **§ 1º.** Os Diretores serão investidos de seus poderes mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro de Atas das Reuniões de Diretoria. **§ 2º.** No caso de vacância do cargo, ausência ou impedimento de qualquer diretor, uma Assembleia Geral será convocada, dentro do prazo máximo de 15 dias contados da verificação da ausência, ausência ou impedimento, para eleger um novo diretor que deverá cumprir o mandato do diretor substituído. O substituído exercerá todas as funções e terá os poderes, direitos e deveres do diretor substituído. **§ 3º.** Os diretores terão as remunerações fixadas pela Assembleia Geral. **Artigo 11º.** Observado o disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável, os diretores têm todos os poderes para administrar e representar a Companhia, podendo realizar quaisquer operações dentro do curso normal dos negócios da Companhia. **§ 1º.** A Companhia será representada e se obrigará por (I) pela assinatura de 2 diretores agindo em conjunto; ou (II) por 1 (diretor) agindo em conjunto com 1 procurador, observado o disposto no § 2º a seguir; ou (III) por 2 procuradores agindo em conjunto, observado o disposto no § 2º a seguir. **§ 2º.** Todas as procurações em nome da Companhia deverão ser sempre outorgadas por 2 diretores agindo em conjunto ou ainda, por 1 diretor agindo em conjunto com 1 procurador, vedado o seu subestabelecimento. **§ 3º.** A Companhia poderá ser representada por 1 único procurador, observado os termos da respectiva procuração, nas hipóteses em que o outorgado for (i) advogado, na representação em processos judiciais ou administrativos, ou (ii) despachante, agente de propriedade industrial, corretor, agente de exportação, pessoa jurídica ou, ainda, funcionários da Companhia, na representação perante autarquias ou órgãos públicos federais, estaduais ou municipais. **§ 4º.** Todas as procurações deverão especificar os poderes outorgados, sendo que, com exceção de procuradores para representação da Sociedade em processos judiciais ou administrativos, as procurações não deverão ter prazo maior do que 1 ano. **§ 5º.** A diretoria reunir-se-á sempre que convocada por quaisquer de seus diretores. As reuniões da diretoria poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação e a comunicação simultânea entre os diretores e as demais pessoas presentes à reunião. **§ 6º.** As convocações para as reuniões serão feitas mediante comunicado escrito entregue com antecedência mínima de 2 dias úteis, das quais deverá constar a ordem do dia, a data, a hora e o local da reunião. **§ 7º.** Todas as deliberações da diretoria constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas das Reuniões da Diretoria e assinadas pelos diretores presentes. Referido livro de atas será mantido à disposição dos acionistas da Companhia para consulta *in locu*. **§ 8º.** A Diretoria somente se reúne

validamente com a presença de dois Diretores e delibera pelo voto da maioria dentre os presentes. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 12º.** O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente, com os poderes e atribuições, a ele conferidos por lei, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, a pedido dos acionistas, conforme previsto em lei. **Artigo 13º.** O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo 3 e, no máximo 5 membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, observadas, quanto a sua composição, as disposições do Artigo 161 da Lei 6.404/76. **Artigo 14º.** O Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará as demonstrações financeiras ao menos trimestralmente. **§ 1º.** Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal. **§ 2º.** O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros. **§ 3º.** Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes. **§ 4º.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o § 3º do Artigo 162 da Lei 6.404/76. **Capítulo VI – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Dividendos. Artigo 15º.** O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 16º.** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as seguintes demonstrações financeiras da Companhia, com observância dos preceitos legais pertinentes: (i) balanço patrimonial; (ii) demonstração das mutações do patrimônio líquido; (iii) demonstração do resultado do exercício; e (iv) demonstração das origens e aplicações de recursos. **Artigo 17º.** Após os ajustes previstos em lei, e observado, qualquer orçamento de capital aprovado, dos lucros líquidos do exercício, 5% serão destinados à constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social, e o saldo poderá ser destinado à constituição de outras reservas, retido ou distribuído, conforme deliberado pela Assembleia Geral, na forma da lei. **§ Único.** O pagamento de dividendos deverá ocorrer no prazo de até 60 dias da deliberação da Assembleia Geral que aprovar a respectiva distribuição. Os dividendos não reclamados prescreverão no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia. A Companhia poderá levantar balanços ou demonstrações semestrais ou em períodos menores e distribuir dividendos com base nos resultados apurados nos mesmos, ou à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros. **Artigo 19º.** A Companhia poderá pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, observada a legislação aplicável. **Capítulo VII – Dissolução e Liquidação da Companhia. Artigo 20º.** A Companhia se dissolverá nos casos previstos na Lei, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e fixar sua remuneração. **§ 1º.** O liquidante terá os deveres e poderes que a lei lhe confere e, em todos os atos e operações realizadas em nome da Companhia, deverá usar a denominação social da Companhia seguida das palavras "Em Liquidação". **Capítulo VIII – Disposições Finais e Transitórias. Artigo 21º.** As publicações ordenadas pela Lei 6.404/76 serão realizadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário Comercial de SP, conforme determina o Artigo 289 da Lei 6.404/76. **Artigo 22º.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei 6.404/76. **Capítulo IX – Solução de Conflitos. Artigo 23º.** Qualquer litígio ou discordância entre os acionistas, suscitado ou relacionado ao presente Estatuto Social, e que não possa ser resolvido amigavelmente entre os acionistas, deverá ser submetido ao foro central da Comarca de São Paulo-SP; (iii) eleger para a Diretoria os Srs. **Antonio Celso Bermejo**, acima qualificado, **Helcio Gasparini**, acima qualificado, ambos como Diretor sem designação específica, e **André Julio Pelaez de Campos**, RG 2.955.148-0-SSP/SC e CPF/ME nº 952.257.819-34. Os Diretores ora eleitos declararam sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis e serão empossados em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, todos com mandato que se encerrará na AGO de 2023; (iv) os membros da Diretoria ora eleitos deverão perceber remuneração mensal, individual, a ser fixada em Assembleia Geral convocada para tal fim; (v) os acionistas deliberam pela não instalação do Conselho Fiscal da Companhia, (vi) aprovar que as publicações legais serão realizadas no DOE-SP e no Diário Comercial de SP; e (vii) determinar à administração que promova todos os atos necessários a sua legalização. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 23/03/2021. Assinaturas: **Mesa:** Antonio Celso Bermejo, Presidente; Helcio Gasparini, Secretário. **Subscritores: Glencore Importadora e Exportadora S.A.** por Antonio Celso Bermejo e Helcio Gasparini; **Andorsí Participações S.A.** por Antonio Celso Bermejo e Helcio Gasparini. **Diretores Eleitos:** Antonio Celso Bermejo; Helcio Gasparini; André Julio Pelaez de Campos. **Advogada:** Renata de Assis Vilela OAB/SP 222.044. JUCESP – Registro sob NIRE 35.300.569.474 em 26/05/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Hync Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 28.428.026/0001-54 – NIRE 35.235.061.254

Deliberação Social para Redução de Capital Social

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, **HSPAR Participações Ltda.**, CNPJ/MF nº 09.000.574/0001-34, NIRE 35.221.615.228, neste ato, representada por seu administrador **Gabriel Heilberg**, RG nº 35.526.341-5 SSP/SP e CPF/MF nº 372.051.128-69, ("HSPAR"), **Hire Capital Ltda.**, CNPJ/MF nº 26.728.193/0001-95, NIRE 35.230.304.850, neste ato, representada por seu administrador **Fernando Vanossi**, RG nº 27.543.874-0 SSP/SP e CPF/MF nº 298.360.398-99, ("Hire Capital"), **Melzry Participações Eireli**, CNPJ/MF nº 17.959.182/0001-25, NIRE 35601828312, neste ato representada por seu administrador **Denis Donaire Junior**, RG nº 11.621.754-6 SSP/SP e CPF/MF nº 177.875.148-25, ("Melzry"); **EIP Administração de Bens Próprios Ltda.**, CNPJ/MF nº 18.245.468/0001-01, NIRE 35227641476, neste ato representada por seu administrador **Rodrigo Heilberg**, RG nº 35.526.342-7 SSP/SP e CPF/MF nº 327.287.638-36, ("EIP"); **Mamon Participações e Empreendimentos Ltda.**, CNPJ/MF nº 12.968.338/0001-10, NIRE 35224889574, representada por seu administrador **Richard Gabriel Stad**, RG nº 44.082.940-9 SSP/SP e CPF/MF nº 327.378.218-86, ("Mamon"); **Adolfo Bobrow**, RG nº 7.459.787-5 SSP/SP e CPF/MF nº 031.185.718-37, ("Adolfo"); **War Participações Eireli**, CNPJ/MF nº 29.683.441/0001-17, NIRE 35630106052, neste ato, representada por seu administrador **Luis Guilherme Ronchel Soares**, RG nº 18.951.997-6 e CPF nº 262.249.088-77, ("War"); **PJG Participações Ltda.**, CNPJ/MF nº 19.512.393/0001-40, NIRE 35228105632, representada por seu administrador **Denis Salvador Morante**, RG nº 15.585.745-9 SSP/SP e CPF/MF nº 247.718.708-76, ("PJG"); **Provence Investimentos S.A.**, CNPJ/MF nº 18.005.109/0001-87, NIRE 35300450779, representada por seu diretor, **Thomaz Brunetti de Abreu Figueiredo**, RG nº 33.879.579-0 SSP/SP e CPF/MF nº 227.610.968-86, e por seu procurador, **Vitor Moraes Morsine**, RG nº 2925617 SPS/PB e CPF/MF nº 079.468.154-92, ("Provence"); **Adoko Incorporadora e Construtora Ltda.**, CNPJ/MF nº 13.535.989/0001-80, NIRE 35225351373, representada na forma de seu contrato social por seu administrador Sr. **Fernando Vanossi**, acima qualificado ("Adoko"); e **Compo Participações Ltda.**, CNPJ/MF nº 08.151.041/0001-90, NIRE 35228146185, representada por seu administrador **Arthur Mizne**, RG nº 18.283.421-9 SSP/SP e CPF/MF nº 148.044.738-23, ("Compo"); Na qualidade de únicos sócios da **Hync Participações Ltda.**, CNPJ/MF nº 28.428.026/0001-54, NIRE 35235061254 ("Sociedade"), têm entre si, justos e acordados: **Item 1: Redução do Capital Social. 1.1.** Os sócios, por unanimidade, resolvem reduzir o capital social da Sociedade, por considerá-lo excessivo para a consecução dos objetivos sociais, de R\$ 4.500.000,00 para R\$ 100.000,00 com uma redução efetiva de R\$ 4.400.000,00. **1.2.** Em decorrência da redução de capital social, os sócios, por unanimidade, aprovam o cancelamento de 4.400.000 quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 cada, totalizando o valor de R\$ 4.400.000,00, na proporção de suas respectivas participações no quadro social da Sociedade. **1.3.** Em virtude do cancelamento das 4.400.000 quotas sociais, a Sociedade pagará o valor de R\$ 4.400.000,00 aos sócios, na proporção de suas respectivas participações no quadro social da Sociedade, no prazo de até 36 meses. **Item 2: Disposições Gerais: 2.1.** Os sócios, por unanimidade, autorizam os administradores a praticarem todos os atos complementares e/ou decorrentes da redução ora aprovada, com amplos e gerais poderes para proceder todos os registros, transcrições, publicações, averbações ou comunicações que se fizerem necessários, de modo a implementar de modo cabal a redução nos termos aprovados. E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento. São Paulo, 24/05/2021. Assinaturas: **Administradores:** Gabriel Heilberg e Fernando Vanossi

IPS Empreendimentos S/A

CNPJ/MF nº 03.140.367/0001-07 – NIRE 35.300.171.152

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de novembro de 2018

Aos 28/02/2018, na sede social, na Avenida D. Ermelindo Maffei nº 1.199, Jardim Paraíso I, Itu-SP, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, com a presença da totalidade do capital votante, juntamente com os acionistas representando 100% do capital social, sem convocação pela imprensa, nos termos da lei. Por aclamação, assumiu a Presidência dos trabalhos a Srª Clara Vivian Orni, tendo eu, Juliana Rodrigues de Arruda Baccarelli D'Elia, servido como Secretária. Iniciados os trabalhos, a Sra. Presidente inteirou os presentes acerca das matérias da Ordem do Dia, sendo que a Assembleia Ordinária de 30/04/2018 foi transferida para esta data, em virtude das publicações das demonstrações financeiras do ano de 2017 terem sido efetuadas no Diário Oficial Empresarial em 28/11/2018 e no Diário Comércio Indústria & Serviços, também em 28/11/2018. Após os debates, e uma vez fornecidas as informações adicionais solicitadas pelos acionistas, o Plenário aprovou, com as abstenções da lei, o Balanço e as demonstrações financeiras do ano-base 2017. A Assembleia decidiu levar à conta de Reserva de Lucros acumulados, a totalidade do lucro líquido do exercício, no montante de R\$ 7.400.923,16. Nada mais havendo a tratar a presente ata foi lavrada, aprovada e assinada por todos. Itu, 29/11/2018. **Mesa:** Clara Vivian Orni, Presidente; Juliana Rodrigues de Arruda Baccarelli D'Elia, Secretária. JUCESP – Registrado sob o nº 286.910/20-2 em 06/08/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

www.datamercantil.com.br

REC São Bernardo S.A.

CNPJ/MF nº 04.370.450/0001-27

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em Reais)

Ativo	Balanço Patrimonial		Demonstração do Resultado	
	2020	2020	2020	2020
Circulante	1.738.305,44	Circulante	10.676.570,61	Contas de resultado acumulado
Caixa e equivalentes de caixa	423.195,06			Resultado com vendas bens móveis/imóveis
Clientes	1.117.383,73	Patrimônio líquido	25.560.349,93	Receita líquida de bens móveis/imóveis
Créditos diversos	197.726,65	Capital social	5.286.714,08	Receita bruta de bens móveis/imóveis
Não circulante	34.498.615,10	Reservas de lucros	2.816.045,83	Deduções da receita bruta
Investimentos	34.498.615,10	Lucros/prejuízos acumulados	17.457.590,02	Custo com alugueis de imóveis
Propriedade para investimento	34.498.615,10			Despesas/receitas operacionais
Total	36.236.920,54	Total	36.236.920,54	Despesas/receitas gerais e administrativas
		A Diretoria		Resultado antes das CSLL/IRPJ e das Participações
		Leonardo Fonseca de Campos – Contador CRC 1SP 303.190/O-9		Provisões do exercício
				Resultado líquido
				17.457.590,02 C

Data Mercantil - comercial@datamercantil.com.br



Cotação das moedas

- Coroa (Suécia) - 0,6110
- Dólar (EUA) - 5,0489
- Franco (Suíça) - 5,6324
- Iene (Japão) - 0,04612
- Libra (Inglaterra) - 7,1427
- Peso (Argentina) - 0,05314
- Peso (Chile) - 0,007032
- Peso (México) - 0,2556
- Peso (Uruguai) - 0,1159
- Yuan (China) - 0,7889
- Rublo (Rússia) - 0,06974
- Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,1496

REC Bandeirantes 41 Participações S.A.								
CNPJ/MF nº 26.166.023/0001-64								
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto o lucro por ação)								
Balanco Patrimonial		Demonstração do Resultado		Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto				
Ativo	2020	2019	2020	2019	2020	2019		
Circulante	12	602	Despesas operacionais	(77)	(44)	Fluxo de caixa das atividades operacionais	(862)	(275)
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	Despesas gerais e administrativas	(77)	(44)	Prejuízo do exercício	(862)	(275)
Adiantamentos a fornecedores	10	–	Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(77)	(44)	Varição nos ativos operacionais:		
Impostos e contribuições a compensar	1	1	Resultado financeiro			Adiantamento de fornecedores	(10)	–
Outras contas a receber	–	600	Despesas financeiras	(785)	(231)	Variação nos passivos operacionais:		
Não circulante	13.535	9.120	Resultado financeiro líquido	(785)	(231)	Contas a pagar por aquisição do terreno	888	236
Outras contas a receber	600	–	Prejuízo operacional e antes do IRPJ e da CSLL	(862)	(275)	Obrigações fiscais	7	–
Propriedades para investimentos	12.435	9.120	Imposto de renda e contribuição social			Caixa líquido aplicado (gerado) pelas atividades operacionais	23	(39)
Impostos diferidos ativos	500	–	Diferido	500	–	Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Total do ativo	13.547	9.722	Prejuízo do exercício	(362)	(275)	Adições as propriedades para investimentos	(3.315)	(239)
Passivo e patrimônio líquido	2020	2019	Prejuízo por ação – R\$	(0,04)	(0,04)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.315)	(239)
Circulante	35	4.003	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Contas a pagar	28	3.991	Capital social			Integralização de capital social	3.304	1.090
Contas a pagar – partes relacionadas	–	12	Subscrito	A integralizar	Prejuízos acumulados	Contas a pagar – partes relacionadas	(12)	(825)
Obrigações fiscais	7	–	Saldos em 31/12/2018 (não auditado)	150.601	(145.364)	Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	3.292	265
Não circulante	4.851	–	Integralização de capital	–	1.090	Caixa e equivalentes de caixa		
Contas a pagar	4.851	–	Prejuízo do exercício	–	(275)	Caixa e equivalentes de caixa		
Patrimônio líquido	8.661	5.719	Saldos em 31/12/2019	150.601	(144.274)	No início do exercício	1	14
Capital social	9.631	6.327	Integralização de capital	–	3.304	No fim do exercício	1	1
Prejuízos acumulados	(970)	(608)	Prejuízo do exercício	–	(362)	Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		
Total do passivo e patrimônio líquido	13.547	9.722	Saldos em 31/12/2020	150.601	(140.970)			
Demonstração do Resultado Abrangente			A Diretoria			Leonardo Fonseca de Campos – Contador CRC 1SP 303.190/O-9		
Prejuízo do exercício	(362)	(275)	<i>As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.</i>					
Outros resultados abrangentes	–	–						
Resultado abrangente total do exercício	(362)	(275)						

REC Bandeirantes 42 Participações S.A.								
CNPJ/MF nº 26.166.067/0001-94								
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)								
Balanco Patrimonial		Demonstração do Resultado		Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto				
Ativo	2020	2019	2020	2019	2020	2019		
Circulante	–	1	Despesas operacionais	(75)	(168)	Fluxo de caixa das atividades operacionais	(2.449)	(866)
Caixa e equivalentes de caixa	–	1	Despesas gerais e administrativas	(75)	(168)	Prejuízo do exercício	(2.449)	(866)
Não circulante	31.916	26.862	Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(75)	(168)	Varição nos passivos operacionais:		
Outras contas a receber	1.815	1.815	Resultado financeiro			Contas a pagar	2.653	701
Propriedades para investimentos	30.101	25.047	Despesas financeiras	(2.374)	(698)	Obrigações fiscais	19	1
Total do ativo	31.916	26.862	Resultado financeiro líquido	(2.374)	(698)	Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais	223	(164)
Passivo e patrimônio líquido	2020	2019	Prejuízo operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.449)	(866)	Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Circulante	59	12.103	Imposto de renda e contribuição social	–	–	Adições as propriedades para investimentos	(5.054)	(666)
Contas a pagar por aquisição do terreno	39	12.067	Prejuízo do exercício	(2.449)	(866)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(5.054)	(666)
Contas a pagar – partes relacionadas	–	35	Prejuízo por ação – R\$	(0,02)	(0,01)	Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Obrigações fiscais	20	1	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			Integralização de capital social	4.865	795
Não circulante	14.681	–	Subscrito	A integralizar	Prejuízos acumulados	Contas a pagar – partes relacionadas	(35)	35
Contas a pagar por aquisição do terreno	14.681	–	Saldos em 31/12/2018 (não auditado)	151.817	(136.285)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	4.830	830
Patrimônio líquido	17.176	14.760	Integralização de capital	–	795	Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		
Capital social	21.192	16.327	Prejuízo do exercício	–	(866)	Caixa e equivalentes de caixa		
Prejuízos acumulados	(4.016)	(1.567)	Saldos em 31/12/2019	151.817	(135.490)	No início do exercício	1	1
Total do passivo e patrimônio líquido	31.916	26.862	Integralização de capital	–	4.865	No fim do exercício	–	–
Demonstração do Resultado Abrangente			Saldos em 31/12/2020	151.817	(130.625)	Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(1)	–
Prejuízo do exercício	(2.449)	(866)	Prejuízo do exercício	(2.449)	(866)			
Resultado abrangente total do exercício	(2.449)	(866)	Saldos em 31/12/2020	151.817	(130.625)	A Diretoria		
<i>As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.</i>						Leonardo Fonseca de Campos – Contador CRC 1SP 303.190/O-9		

REC Bandeirantes 43 Participações S.A.								
CNPJ/MF nº 26.166.079/0001-19								
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)								
Balanco Patrimonial		Demonstração do Resultado		Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto				
Ativo	2020	2019	2020	2019	2020	2019		
Circulante	–	1	Despesas operacionais	(74)	(41)	Fluxo de caixa das atividades operacionais	(2.289)	(692)
Caixa e equivalentes de caixa	–	1	Despesas gerais e administrativas	(74)	(41)	Prejuízo do exercício	(2.289)	(692)
Não circulante	29.593	25.007	Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(74)	(41)	Varição nos passivos operacionais:		
Propriedades para investimentos	27.899	23.313	Resultado financeiro			Contas a pagar	2.463	655
Outras contas a receber	1.694	1.694	Despesas financeiras	(2.215)	(651)	Obrigações fiscais	18	1
Total do ativo	29.593	25.008	Resultado financeiro líquido	(2.215)	(651)	Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	192	(36)
Passivo e patrimônio líquido	2020	2019	Prejuízo do exercício	(2.289)	(692)	Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Circulante	43	22	Prejuízo por ação – R\$	(0,02)	(0)	Adições as propriedades para investimentos	(4.586)	(624)
Contas a pagar	24	–	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4.586)	(624)
Contas a pagar – partes relacionadas	–	21	Capital social	Prejuízos acumulados	Total	Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Obrigações fiscais	19	1	Subscrito	A integralizar	Saldos em 31/12/2018 (não auditado)	Contas a pagar – partes relacionadas	(21)	21
Não circulante	13.697	11.258	Saldos em 31/12/2018 (não auditado)	151.695	(137.312)	Integralização de capital social	4.414	640
Contas a pagar	13.697	11.258	Integralização de capital	–	640	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	4.393	661
Patrimônio líquido	15.853	13.728	Prejuízo do exercício	–	(692)	Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		
Capital social	19.437	15.023	Saldos em 31/12/2019	151.695	(136.672)	Caixa e equivalentes de caixa		
Prejuízos acumulados	(3.584)	(1.295)	Integralização de capital	–	4.414	No início do exercício	1	–
Total do passivo e patrimônio líquido	29.593	25.008	Prejuízo do exercício	–	(2.289)	No fim do exercício	–	–
Demonstração do Resultado Abrangente			Saldos em 31/12/2020	151.695	(132.258)	Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(1)	1
Prejuízo do exercício	(2.289)	(692)	Prejuízo do exercício	(2.289)	(692)			
Resultado abrangente total do exercício	(2.289)	(692)	Saldos em 31/12/2020	151.695	(132.258)	A Diretoria		
<i>As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.</i>						Leonardo Fonseca de Campos – Contador CRC 1SP 303.190/O-9		

REC LOG 331 Empreendimentos Imobiliários S.A.													
CNPJ/MF nº 08.857.635/0001-11													
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)													
Balanco Patrimonial		Demonstração do Resultado		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido									
Ativo	2020	2019	2020	2019	Capital social	Reserva	Reservas de lucros	Lucro do exercício	Total				
Circulante	34.600	36.319	Despesas operacionais	(74)	(41)	Subscrito	A integralizar	de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucro do exercício	Total	
Caixa e equivalentes de caixa	32.905	24.050	Despesas gerais e administrativas	(74)	(41)	Saldos em 31 de dezembro de 2018	289.575	(141.857)	97.804	8.622	–	254.144	
Contas a receber	751	11.074	Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(74)	(41)	Reversão reserva de capital	–	20.000	–	–	–	20.000	
Adiantamentos a fornecedores	12	35	Resultado financeiro			Integralização de capital	–	6.930	–	–	–	6.930	
Impostos e contribuições a compensar	112	350	Despesas financeiras	(2.215)	(651)	Cancelamento aumento de capital	(134.927)	134.927	–	–	–	–	
Despesas antecipadas	437	681	Resultado financeiro líquido	(2.215)	(651)	Redução de capital	(154.000)	–	–	–	–	(154.000)	
Outros ativos circulantes	383	129	Prejuízo do exercício	(2.289)	(692)	Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	21.816	21.816	
Não circulante	532.032	528.436	Prejuízo por ação – R\$	(0,02)	(0)	Destinação do lucro:							
Contas a receber	11.101	–	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			Distribuição de dividendos	–	–	–	(10.544)	(5.454)	(15.998)	
Títulos e valores imobiliários	9.277	9.074	Capital social	Prejuízos acumulados	Total	Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	(12.452)	(12.452)	
Despesas antecipadas	175	–	Subscrito	A integralizar	Saldos em 31/12/2018 (não auditado)	Reserva de retenção de lucros	–	–	–	3.910	(3.910)	–	
Impostos diferidos	3.272	4.412	Saldos em 31/12/2018 (não auditado)	151.695	(137.312)	Saldos em 31 de dezembro de 2019	648	–	–	1.988	–	120.440	
Depósitos judiciais	–	153	Integralização de capital	–	4.414	Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	21.987	21.987	
Propriedades para investimentos	508.207	514.797	Prejuízo do exercício	–	(2.289)	Destinação do lucro:							
Total do ativo	566.632	564.755	Saldos em 31/12/2020	151.695	(132.258)	Distribuição de dividendos	–	–	–	–	(5.497)	(5.497)	
Passivo e patrimônio líquido	2020	2019	Prejuízo do exercício	(2.289)	(692)	Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	(5.548)	(5.548)	
Circulante	63.453	65.546	Prejuízo por ação – R\$	(0,02)	(0)	Reserva de retenção de lucros	–	–	–	–	10.942	(10.942)	
Contas a pagar	27.217	24.686	Demonstração do Resultado Abrangente			Saldos em 31 de dezembro de 2020	648	–	–	–	12.930	–	131.382
Empréstimos e financiamentos	9.911	–	Lucro líquido do exercício	21.987	21.816	Demonstração do Resultado Abrangente							
Adiantamento de clientes	11.798	11.556	Outros resultados abrangentes	–	–	Lucro líquido do exercício	21.987	21.816	Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	11.045	11.108	Total do resultado abrangente do exercício	21.987	21.816	Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto							
Contas a pagar – partes relacionadas	2.115	16.115	Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto			Fluxo de caixa das atividades operacionais			Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Obrigações fiscais	509	1.238	Subscrito	A integralizar	Prejuízos acumulados	Lucro antes do IRPJ e da CSLL	29.495	26.205	Adições as propriedades para investimentos	(2.283)	(9.502)		
Outros passivos circulantes	858	843	Saldos em 31/12/2018 (não auditado)	151.695	(136.672)	Ajustes para reconciliar o lucro antes do IRPJ e da CSLL gerado pelas atividades operacionais:			Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.283)	(9.502)		
Não circulante	371.												

Negócios

5 maiores bancos concentram mais de 80% dos empréstimos no país, diz BC



Os cinco maiores bancos do Brasil concentraram mais de 80% dos empréstimos em 2020 em todo o país, revelou o Relatório de Economia Bancária divulgado pelo Banco Central (BC).

Segundo os dados, 81,8% dos empréstimos foram concedidos pelos cinco bancos. Isso quer dizer que, de cada R\$ 10 emprestados, R\$ 8,18 eram financiados pela Itaú Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil (BB), Santander e Caixa Econômica Federal.

O resultado mostra uma redução de 1,9 ponto percentual em relação a 2019, quando o nível de concentração nas operações de crédito era de 83,7%.

O crescimento das fintechs tem reduzido a concentração de depósitos e ativos controlados pelos cinco maiores bancos. Em 2020, eles reuniam 79,1% de todos os depósitos. De cada R\$ 10, R\$ 7,91 estavam sob a guarda das maiores instituições financeiras do país.

Isso representa uma queda de 4,3 pontos percentuais em relação ao resultado de 2019, quando os cinco maiores bancos concentravam 83,4% de todos os depósitos.

No caso dos ativos totais, Itaú, Bradesco, BB, Santander e Caixa concentravam 77,6% em 2020, uma redução de 3,4 ponto percentual em relação a 2019. De cada R\$ 10, R\$ 7,76 estavam com

os cinco maiores bancos.

Segundo o BC, houve uma queda da concentração, com destaque para a redução das participações de BB e Caixa.

No crédito para as famílias, a participação dos dois bancos públicos federais diminuiu de 45,5% em 2019 para 44,4% em 2020. Em 2018, essa participação era de 48,2%.

Apesar disso, as duas instituições financeiras são as que mais fazem empréstimos para as pessoas físicas entre os cinco maiores bancos.

A Caixa lidera, com 27% e é seguida pelo BB, com 17,4%. O ranking é completo por Itaú Unibanco, com 11,9%, Bradesco, com 11,2%, e Santander, com 10%. Biznews

XP anuncia nova corretora com Faros, seu maior escritório de agentes autônomos

Em mais um lance na disputa que trava com o BTG para manter seus agentes autônomos, a XP anunciou nesta segunda-feira a criação de uma corretora com o seu maior escritório de agentes autônomos, a Faros, que tem R\$ 20 bilhões sob custódia.

A Faros terá 72% da nova corretora, ante 18% da XP Inc. pelo acordo. O novo negócio será uma corretora light, ou seja, operará no modelo de conta e ordem, como intermediária de uma corretora maior (a XP) e será voltada para o segmento private, de acordo com as empresas.

Segundo a XP, o negócio novo poderá distribuir produtos não necessariamente ligados à plataforma da XP (um fundo ou outro ativo que não conste na plataforma, por exemplo). Não poderá, no entanto, estar ligada a outro branco ou corretora no país.

A Faros tem 10 anos, foi fundada por Samy Botsman e Felipe Bichara, e está ligada à XP desde 2013.

Desde então, o volume de ativos sob sua gestão cresceu mais de 20 vezes. A XP é a maior corretora do país. Tem mais de 500 parceiros comerciais e mais de 9.000 agentes autônomos. No 1º trimestre, a companhia alcançou o recorde de R\$ 715 bilhões sob custódia total.

O negócio foi anunciado oito dias após um acerto similar feito pela XP com a Messem, escritório que tinha R\$ 15 bilhões sob gestão. Na nova corretora com a Messem, o escritório terá 50,1% de participação e o restante ficará com a XP de Benchimol.

No dia 2 de junho, a XP fechou acordo com a Monte Bravo, que administra R\$ 16 bilhões. O escritório tinha acordo com a XP, mas vinha cogitando uma parceria com o BTG. O Globo/Biznews



Clubes de assinatura movimentaram 1 bilhão de reais em 2020



O isolamento social e a quarentena em casa, provocados pela pandemia de Covid-19, impulsionaram os clubes de assinatura no Brasil. Um levantamento feito por uma empresa de tecnologia revela que o setor movimentou mais de um bilhão de reais em 2020. Somente no primeiro trimestre de 2021 o número de novos assinantes cresceu 32% em relação ao mesmo período do ano passado.

Ao longo do último ano, foram criados 3 mil novos negócios no setor e a variedade de produtos atraiu diferentes tipos de clientes. Existem clubes para livros, cafés, vinhos e comidas. Mas, de acordo com o professor de e-com-

merce da ESPM, Alexandre Marquesi, um investimento estratégico deve ser feito para manter as assinaturas.

“O segredo não é você adquirir pessoas para fazer assinaturas, o segredo é retê-las dentro de um clube. Então, o cenário pós-pandemia pode ser uma aposta muito interessante, mas se não estudado direito, também não se concretizará”, analisa Marquesi.

Clubes de assinatura de livros são os mais procurados e correspondem por 27% das compras. O CEO do Turista Literário, Francisco Kronemberger, explica no que consiste as caixas surpresas preparadas pelo projeto.

“Ele literalmente recebe uma malinha para que possa viajar por aquele universo

literário e recebe itens para estimular os sentidos. Então, por exemplo, se na narrativa a protagonista passa por um campo de lavanda, nós mandamos um sabonete com cheiro de lavanda”, detalha.

Para a Chefe de Cozinha Camila Vilela Monte, não poder viajar e evitar de sair para visitar lojas físicas a fez tomar a decisão de participar de um clube de cafés aromáticos.

“A solução que eu consegui encontrar foi fazer parte do clube de assinatura de cafés especiais de uma determinada cafeteria que eu já sigo já gosto. Eu já conheço a procedência e a qualidade, então é muito bacana porque eu recebo mensalmente meu café em casa e no meu conforto.”

CNN Brasil